



**APROXIMAÇÕES ENTRE LÉLIA GONZALEZ E SILVIA
FEDERICI: CAPITALISMO, RACISMO, SEXISMO E
PATRIARCADO**

**APPROXIMATIONS BETWEEN LÉLIA GONZALEZ AND
SILVIA FEDERICI: CAPITALISM, RACISM, SEXISM AND
PATRIARCHY**


Tânia Regina Zimmermann*

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

 <https://orcid.org/0000-0001-8107-3102>
tania22@uems.br


Márcia Maria de Medeiros**

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

 <https://orcid.org/0000-0002-1116-986X>
marciamaria@uems.br

Maria Eduarda Ferro***

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

 <https://orcid.org/0000-0003-0665-2475>
mariaeduarda@uems.br

* Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina com créditos concluídos pela Universidade de Heidelberg (Alemanha) e dois estágios de pós-doutorado (Universidade Federal do Paraná e pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na graduação e no Mestrado em Educação.

** Doutorado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Professora adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nos cursos de Turismo, Química Industrial e Enfermagem. Professora permanente do programa de Mestrado Profissional em Ensino em Saúde da UEMS.

*** Professora adjunta do quadro efetivo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Doutora (USP) em Educação. Aperfeiçoou-se em Organização de Arquivos no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

RESUMO: Este artigo aponta convergências entre os pensamentos de Lélia Gonzalez e Silvia Federici em relação aos temas: sexismo, racismo e patriarcado e suas articulações com o capitalismo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica interpretativista. Os escritos e a militância de ambas intelectuais evidenciam vários encontros teóricos feministas nas configurações epistêmicas por elas produzidas. Essas mulheres, em suas articulações comunitárias solidárias, buscaram e buscam encontrar outras formas de (re)produzir modos de (re)existências contra hegemônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos; interseccionalidade; relações sociais de gênero; epistemologias.

ABSTRACT: This article highlights the convergences between the thoughts of Lélia Gonzalez and Silvia Federici regarding the themes of sexism, racism, and patriarchy, and their connections to capitalism. It is an interpretative bibliographic research. The writings and activism of both intellectuals reveal several feminist theoretical intersections in the epistemic configurations they have produced. These women, through their community-based solidarity efforts, sought and continue to seek alternative ways to (re)produce counter-hegemonic modes of (re)existence.

KEYWORDS: Feminisms; intersectionality; gender relations; epistemologies.

INTRODUÇÃO

Lélia Gonzalez, professora, filósofa e antropóloga brasileira, nasceu em 1935, em Belo Horizonte, e faleceu no Rio de Janeiro em 1994. Silvia Federici, nascida em 1942, em Parma, na Itália, atualmente reside nos Estados Unidos. É professora emérita da Universidade de Hofstra, em Nova Iorque. Apesar das singularidades de origens geográfica, social e racial que poderiam distanciar Lélia e Silvia, bem como das especificidades dos contextos e circunstâncias por elas analisados, evidenciam-se inúmeros encontros nas epistemologias por elas produzidas. Ambas possuem como marca expressiva em termos intelectuais e de militância a tradição feminista. Esses arranjos apresentam caráter global e local em relação a processos construídos e tornados hegemônicos para a manutenção de submissões e explorações das mulheres de cor. A produção intelectual e o ativismo social e político de Lélia e Silvia são expressões potentes do enfrentamento a essas imposições.

Tanto Lélia quanto Silvia atuaram em diferentes coletivos e escreveram inúmeros textos de grande impacto intelectual e social, os quais alcançaram relevância mundial. Elas acolhem e acolheram temas fundantes e interseccionados relativos à superexploração de classe, gênero e raça que foram obscurecidos pela intelectualidade branca ou não, em sua maioria ocidental. Essas pautas eram então (e ainda são) consideradas como de menor importância para construir novas propostas de desenvolvimento ou alternativas ao modo de produção capitalista.

Neste texto trazemos uma pesquisa bibliográfica de cunho interpretativista que busca estabelecer pontos de contato entre o trabalho das duas intelectuais. Para alcançar este objetivo usaremos as seguintes obras e textos de Lélia Gonzalez: *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (2018); *A importância da organização*

da mulher negra no processo de transformação social (1988a); *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (1988b). De Silvia Federici, selecionamos: *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017); *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019); *Além da Pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo* (2013) e *O feminismo e a política dos comuns* (2019). O texto de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor* (2009), também coteja alguns pontos importantes que promovem a aproximação do pensamento das duas intelectuais e militantes em questão.

Além do estudo dos escritos em atravessamento destas duas intelectuais e militantes, também abordamos a participação de ambas em coletivos, instituições e organizações nas quais atuaram como interlocutoras, apresentando propostas e agendas de trabalho que visavam alcançar a transformação social da realidade. Cabe salientar que essas propostas alcançavam impactos de caráter local e global, pois os enfrentamentos a que se propunham constituíam (e constituem) pauta de discussão em inúmeros coletivos, haja vista as questões relativas ao patriarcado e à violência promovida por ele, que ainda atingem mulheres no mundo todo.

Nosso estudo nos levou a compreensão de que Lélia Gonzalez e Silvia Federici são intelectuais cujos trabalhos exploram temas nevrálgicos como a superexploração de classe, gênero e raça no contexto do capitalismo. Lélia, uma pensadora brasileira; e Sílvia, uma teórica italiana; apresentam abordagens que, embora distintas em origem, convergem no sentido de analisar as dinâmicas de opressão. Embora cotejem o pensamento marxista em suas análises, ambas as intelectuais apresentam críticas à tradição marxista. Federici, por exemplo, discorda da marginalidade atribuída ao trabalho doméstico pela esquerda tradicional e Gonzalez denuncia de forma veemente as opressões raciais dentro do próprio feminismo.

APROXIMAÇÕES INTELLECTUAIS

Embora essas teóricas militantes não nomeassem os entrelaçamentos de raça, classe e gênero como interseccionais, foi a partir do feminismo e de militantes negras como as pertencentes ao coletivo Combahee River (Perry, 2020)¹ que se passou a

¹ O Coletivo Combahee River foi uma organização negra feminista ativa na cidade de Boston (E.U.A.), de 1974 a 1980. Fundado pela feminista lésbica e socialista, Barbara Smith, o Coletivo recebeu tal nome em

reivindicar a inclusão de várias questões que promoviam/promovem a opressão tanto na análise social como nas legislações e nas instituições; entre outras instâncias, enquanto uma possibilidade de justiça social via uma práxis transformadora. Entre essas questões destacam-se pontos já debatidos por Lélia e Silvia, como o patriarcado e suas relações com o capitalismo, o sexismo e o racismo.

Tanto Lélia quanto Silvia estavam na perscruta dessas interseções, pois seus trabalhos passaram a evidenciar que qualquer mudança de caráter revolucionário em termos do modo de produção capitalista, sem pensar essas relações de subordinação e exploração, manteria opressões históricas. O feminismo interseccional reconhece que não há apenas um eixo de opressão e que este processo não opera em camadas, mas sim que suas práticas estão imbricadas e interligadas (Bilge; Collins, 2021), o que implica em dizer que a abordagem interseccional é complexa e alvo de debates dentro do feminismo. Em relação a crítica, ambas as autoras observam que o uso do termo não significa um abandono da dialética, ou uma oposição a uma perspectiva unitária, mas sim o entendimento de como as relações de poder são construídas a partir da materialidade dos corpos pela economia política de modo dinâmico que é inerente ao sistema capitalista.

A interseccionalidade como categoria/metodologia trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios e de exploração criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes, etc. (Crenshaw, 2002, p. 177). Isso deveria ser levado em consideração nas teorias e nas práticas dos movimentos feministas para unir ao invés de dividir, sem omitir as diversas opressões e sem defender a categoria mulheres como unitária e abstrata (Butler, 2003).

Vale ressaltar que, embora o conceito de interseccionalidade tenha sido relevante para analisar a questão que envolve as mais diversas formas de opressão, tanto González quanto Federici propõem uma leitura mais integrada às relações de dominação perpetradas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, cabe lembrar de autores como David McNally (2021), que critica em sua obra a abordagem interseccional por tratar os cruzamentos entre as opressões como se fossem ocasionais. Entendemos que Gonzalez e Federici reconhecem que as relações de poder são moldadas pela materialidade dos corpos em articulação com a economia política.

homenagem à ação de guerrilha liderada pela abolicionista Harriet Tubman, em 2 de junho de 1863, que levou à libertação mais de 750 homens e mulheres escravizados (Perry, 2020).

Lélia, nas suas discussões sobre o Édipo negro (1988b), e Federici, ao militar pela politicidade do trabalho doméstico, observam e estudam a questão da reprodução e invisibilização histórica da esfera privada despolitizada, mas movida historicamente pelas mulheres trabalhadoras, incluindo as mulheres de cor. Federici destaca que:

De Lênin a Gramsci, toda a tradição da esquerda concordou com a ‘marginalidade’ do trabalho doméstico para a reprodução do capital e com a marginalidade da dona de casa para a luta revolucionária. Para a esquerda, na condição de donas de casa, as mulheres não sofrem por causa da evolução capitalista, mas pela ausência dela. Nosso problema, ao que parece, é que o capital não organizou nossas cozinhas e nossos quartos, o que gera uma dupla consequência: a de que nós aparentemente trabalhamos em um estágio pré-capitalista e a de que qualquer coisa que fazemos nesses espaços é irrelevante para a transformação social. Pela lógica, se o trabalho doméstico é externo ao capital, nossa luta nunca causará sua derrocada (Federici, 2023, p. 43).

Lélia González também faz referência ao contexto apontado por Silvia Federici quando se refere à exclusão das mulheres negras no âmbito da sociedade brasileira, englobando aí, inclusive, o próprio movimento feminista. Na opinião da autora, as mulheres negras ficaram tangenciadas a dois papéis sociais que lhes foram atribuídos historicamente: “domésticas” ou “mulatas” (González, 2020, p. 44). Assim, sua luta acaba por ser descaracterizada e suas pautas de reivindicação são folclorizadas quando não distorcidas e obliteradas.

Estas duas autoras denunciaram o profundo androcentrismo, sexismo e racismo da sociedade capitalista. Ao politizar o pessoal, expandiram os limites do protesto para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução. Nesse sentido, em que pese Nancy Fraser apresentar sua própria interpretação das opressões capitalistas e feministas, pensamos ser fortuito demonstrar como sua visão independente se alinha em alguns momentos com os argumentos Gonzalez e Federici:

Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, conseqüentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a ressignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é largar a luta contra a autoridade masculina tradicional, a qual permanece um momento necessário da crítica feminista. É, pelo contrário, romper a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal – sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro (Fraser, 2009, p. 30).

Soma-se ao argumento de Fraser, os estudos de Lélia e Federici sobre várias linhas de opressão marcadamente racistas e heterocentradas que têm sustentado a

feminização da pobreza. Neste contexto estão incluídas e constituem maioria as mulheres indígenas, dissidentes, mulheres negras e pessoas sob seus cuidados. Por isso, entender a lógica colonial é basilar no que diz respeito ao gênero, já que as mulheres do sul global irremediavelmente foram exploradas pela raça, mas também pelo gênero associado à natureza (Segato, 2016, Lugones, 2008). Em relação a esse cenário, Lélia Gonzalez afirma que:

[...] os grupos racialmente subordinados são as minorias que integralizam o processo de colonização. O privilégio racial é um dos pontos-chave dessa posição, uma vez que ele evidencia como, em todos os níveis, o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. Ou seja, além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica do branqueamento articulada com o mito da democracia racial (Gonzalez, 2020, p. 33)

Nesse processo, foram as mulheres negras que experimentaram os eixos de opressão em uma soma que pesava sobremaneira em relação a elas. Foi o feminismo negro que levantou suas vozes para marcar essas opressões e lutar pela emancipação dessas mulheres e de sua comunidade. Lélia observou que, no pós-abolição, foram as mulheres negras que sustentaram os elos comunitários. Segundo ela:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família (Gonzalez, 2020, p. 40).

Silvia Federici (2017) também afirma que o feminismo negro prospecta esse protagonismo das mulheres negras, pois elas constituem o coração da sua comunidade, descritas pela sua valentia, por serem as defensoras dos saberes transmitidos pela tradição oral. São elas que lutam pelos espaços comunitários e laços de solidariedade com suas espiritualidades como (re) existências decoloniais, pois conforme Federici:

Depois de repetidas fases de colonização, natureza e costumes não existem mais em nenhuma parte do mundo, exceto em lugares onde as pessoas lutaram para preservá-los e reinventá-los. Como aponta Leo Podlashuc em *Saving Women: Saving the Commons*, hoje em dia, o comunalismo primário das mulheres leva à produção de uma nova realidade, moldando uma identidade coletiva, formando um contrapoder em suas casas e na comunidade e dando início a um processo de autovalorização e autodeterminação com o qual temos muito a aprender (Federici, 2019, p. 402).

No rastro das tessituras de Lélia e Sílvia, Eliene Dias de Oliveira (2015) ressalta o papel que essas mulheres possuem no seio de sua comunidade, pois vale lembrar o fato de que elas são herdeiras de uma condição diaspórica, principalmente no que se refere às mulheres negras que o colonialismo escravizou. Para Oliveira, essas mulheres são figuras primordiais porque atuam no “[...] papel de guardiãs da memória de seus grupos sociais, sendo muitas vezes elas as responsáveis pelo contar das histórias da família, a guarda de artefatos, objetos, fotografias e cartas recebidas de amigos e familiares” (Oliveira, 2015, p. 484).

São as mulheres não-brancas que significaram e ressignificaram os modos de vida de suas comunidades em suas sobrevivências e (re)existências pautadas em todas as formas de opressão configurando uma unidade em confluências, singularidades e coletividades. Sílvia Federici (2019) chama essas confluências de Ponto Zero, entendido aqui como um lugar da ruptura e das aspirações de liberdade mediante o ultraneoliberalismo e suas vulnerabilidades excessivas e distorções diante da vida comunitária (2023). Essas mulheres representam e encaram o momento do tecer os fios diante da possibilidade de ressignificação da vida através de uma existência coletiva confluyente com o sentimento de movimento pelo poder de mudar sem se conformar ao que existe.

Assim, e parafraseando Gláucia de Oliveira Assis (2007), podemos dizer que as mulheres de cor se consagram tecelãs de novas formas de sociabilidade que oportunizam o acesso dos indivíduos a outros espaços além de permear trocas que ampliam direitos e constituem espaços de acolhimento.

Lélia Gonzalez (2018) nos evidencia este processo quando observa os movimentos das mulheres negras nas lutas antirracistas e suas exclusões. Para ela, essas mulheres no Movimento Negro Unificado foram e são fundamentais no contexto do coletivo, pois são adeptas de um feminismo que não se afasta de seus irmãos e companheiros e de suas concepções de povo enquanto vetor histórico. Ela sintetiza seu ponto de vista quando afirma: “Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela [a mulher negra] a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder” (Gonzalez, 2018, p. 51).

Portanto, são essas mulheres negras que carregam as inúmeras marcas da vida, as muitas cicatrizes advindas de uma existência de luta contra as opressões nos mais diversos níveis, e por isso querem mudar as insatisfações produzidas pelo capitalismo.

Destarte, são elas que identificam as contradições (inclusive dentro dos próprios movimentos ditos de esquerda) e crescem em engajamento político. Lélia Gonzalez apresenta essa situação da seguinte forma:

A situação da mulher negra hoje, não é muito diferente do seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava de eito, da mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto, ou na prisão, ou então desempregado, vítima do alcoolismo. Mas seu espírito de quilombola, não a deixa soçobrar (González, 2018, p. 114).

Federici observou que esses corpos se constituem em elementos em expansão ante um capitalismo que procurou aprisioná-los na medida em que os produziu com correntes, portas e janelas. Ante as forças espalhadas e diversas do patriarcado, “o corpo é a esfinge a ser interrogada e sobre a qual há de se atuar no caminho da mudança social e individual” (Federici, 2023, p. 19).

Em seus escritos, Silvia Federici (2019) reivindica que a imagem da bruxa é a de um corpo-território sagrado a ser celebrado e não um problema como outrora essas mulheres (e seus corpos) foram concebidos na história. São essas mulheres de cor que enxergaram uma possibilidade de identificação social e política sem negar a solidariedade entre os vivos e mortos. Elas não apostaram em espaços para disputa, muito menos no exercício de poder que divide.

Para Catitu Tayassu (2015), o que marca essas mulheres é sua diversidade. Além disso, a autora afirma que elas são “[...] as sobreviventes e guerreiras numa conquista contínua por direitos sociais, a fim de superarem os limites entre o substantivo-sobrevivência e o verbo-viver” (Tayassu, 2015, p. 480-481).

Nas suas escritas e vivências, Lélia González e Silvia Federici se pautam na denúncia das relações brutais que o processo de acumulação imputado pelo modo de produção capitalista impingiu às mulheres, através da maximização da exploração dos seus corpos como máquinas reprodutoras e objetos sexuais além do trabalho forçado. A perseguição às bruxas na Europa e no Novo Mundo tinha relação com as mulheres que desejavam controlar a própria capacidade reprodutiva, pois a acumulação capitalista é também a acumulação de trabalhadoras/res (Federici, 2023).

Neste sentido, Silvia Federici apresenta a lógica de pensamento articulada por Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos e principal autor da

declaração de independência daquele país. Diz ele que: “[...] uma mulher que tem uma criança a cada dois anos é mais lucrativa do que o melhor homem da fazenda. O que ela produz é um acréscimo ao capital, enquanto o trabalho do homem desaparece como mero consumo (op cit Federici, 2023, p. 29). Observamos, nesse contexto, a evidente alusão ao uso do corpo das mulheres enquanto máquina reprodutiva. É mais evidente ainda que os corpos aos quais ele se refere pertencem às mulheres escravizadas, já que é possível deduzir que a ideia preposta em seu discurso identifica a constituição de elementos que estariam aptos ao trabalho nas lavouras do *plantation*.

A escrita de Lélia González também alude a mesma questão apontada por Silvia quando ela menciona que as mulheres negras brasileiras se constituem em “[...] burros de carga do sexo (de que as mulatas brasileiras são um modelo) expressão das relações patriarcais racistas. Desse modo, se constata como a superexploração socioeconômica se faz aliada à superexploração sexual das mulheres amefricanas” (Gonzalez, 1988b, p. 139).

Através de seus textos, Lélia denunciou a profundidade da desigualdade racial e sexual à que as mulheres negras e indígenas estavam submetidas por conta da sua “[...] condição biológica – racial e/ou sexual – [o que as torna] mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo, patriarcal-racista dependente” (González, 2020, p, 145).

Ao estudar a política corporal na revolta feminista de feministas negros e indígenas, Lélia e Silvia são enfáticas em afirmar que são movimentos atentos ao racismo genderado. Entendem que os movimentos de mulheres realmente feministas consideram a premissa de enfrentamento de estruturas perpassadas pelo sexismo, racismo e o classismo, pois são estes que colocam as mulheres não brancas no mais baixo nível de opressão.

Em Lélia Gonzalez essa premissa era presente no movimento de mulheres negras, pois, elas discutiram e discutem seu cotidiano marcado pela racialização e pelo sexismo dos homens brancos e negros. Para a autora, essas mulheres reconheciam o sexismo de homens de sua comunidade devido ao "caráter mais acentuado do machismo negro, uma vez que este se articula com mecanismos compensatórios que são efeito direto da opressão racial" (Gonzalez, 1988a, p. 115). No entanto, esses coletivos tentam se unir nessas construções para se movimentar como um povo na história e vetor histórico contra as injustiças.

Ao questionar como as masculinidades são construídas, esses movimentos também se revoltam contra a norma feminina e deste modo questionam a própria

concepção de feminilidade, desnaturalizando-a. A biologia não se constituiu mais enquanto ferramenta do destino, conforme discute Federici:

Dessa forma, o movimento de libertação das mulheres nos ajudou a superar a vergonha que sempre sentimos em relação a nossos corpos, especialmente nossos órgãos genitais, e nos ensinou a discutir questões antes consideradas tabus, como a menstruação e a menopausa (Federici, 2023, p. 41-42).

Em relação as condições materiais de existência, tanto Lélia quanto Silvia observam que mulheres brancas do feminismo hegemônico ocidental têm dificuldades para reconhecer a intersecção de raça, classe e gênero dada as suas cumplicidades nos processos de colonização e dominação capitalista e imperialista. Nesse sentido, Silvia afirma que “Nossa luta, entretanto, mostrou que não podemos reivindicar nosso corpo sem mudar as condições materiais de vida” (Federici, 2023, p. 42).

Lélia entende que alguns setores da dita esquerda brasileira (entre eles o próprio movimento feminista) são profundamente eivados pelo eurocentrismo, constituindo-se naquilo que ela chamou de “sociedade culturalmente alienada” (González, 2020, p. 291). Nesse contexto, Lélia denunciou o discurso desses pretensos movimentos libertários como articulado com os valores do colonialismo, portanto, sem promover realmente a subversão da ordem imposta enquanto lógica civilizatória.

Ainda em relação às marcas corporais, foram as mulheres negras as mais combativas e organizadas na luta pela justiça socioeconômica. Afinal, “se empregadas, garçonetes, vendedoras recebessem um salário digno seriam acostumadas ainda a agradar os homens para medirem seu valor?” (Federici, 2023, p. 50).

A luta para desestabilizar as identidades que nos são atribuídas não pode ser separada da luta para mudar as condições sociais/históricas de nossa vida, e, acima de tudo, para fazer frente as hierarquias e desigualdades sociais (Federici, 2023, p. 50).

Em relação a flexibilidade identitária que atravessa os corpos femininos, Lélia questionou a falta de nomeação da lesbianidade no Brasil nos anos de 1980. Ela observou o quanto nomear e discutir a homossexualidade foi muito importante para o movimento negro, já que “[...] nós mulheres e nossos companheiros homossexuais, conquistamos o direito a discutir, em Congresso, nossas especificidades” (2008, p. 39). Silvia lembra que hoje os movimentos trans e intersexuais, ao lutar pela autodeterminação, acabam sendo invisibilizados e silenciados na luta em relação ao:

[...] modo como trabalhamos, como a riqueza que produzimos é utilizada e qual acesso temos a essa riqueza. (...) esses objetivos exigem que juntemos forças com outras pessoas para reivindicar nosso poder

coletivo, para decidir como queremos viver, que tipo de saúde e educação precisamos ter e que tipo de sociedade queremos criar (Federici, 2023, p. 50-51).

Outrossim, ambas ativistas advogam que mulheres não-brancas e dissidentes atuem como protagonistas da condução de seus destinos e deixem legados contra os esgarçamentos das teias coletivas pautadas em suas espiritualidades decoloniais. Lélia cria a categoria "amefricanidade" para visibilizar uma experiência comum com a escravidão, com a colonialidade permanente, mas também com posições anticolonialistas. Esta categoria permitiu uma nova reflexão epistemológica em relação ao colonialismo, colonialidade e patriarcado a partir de uma geopolítica da América, da América Latina, Caribe e Brasil.

MULHERES DE MILITÂNCIA

Na militância, desde os anos de 1970, Lélia participou de inúmeros movimentos políticos e culturais como o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo e o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Também se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 1981-1985 e, posteriormente, ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Candidatou-se a deputada federal pelo PT, em 1982, e a deputada estadual pelo PDT, em 1986. Em ambos pleitos não logrou êxito em eleger-se aos cargos a que ocorreu, entretanto, nas duas oportunidades classificou-se como a primeira suplente das respectivas bancadas². Tornou-se assessora de Benedita da Silva, eleita vereadora, em 1983, pelo PT-RJ. Fez parte do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - gestão 1985 a 1989 e das discussões na elaboração da Constituição de 1988. Dado seu engajamento contribuiu de modo incisivo na luta contra o racismo no país.

² O desligamento de Lélia do Partido dos Trabalhadores (PT-RJ), formalizado em carta redigida ao então presidente do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de novembro de 1985, mencionava concomitantemente os encaminhamentos de sua filiação ao PDT. A razão que a conduzia “não sem dificuldades” a tomar tal decisão consistia, em suas palavras: “no que diz respeito ao estreitamento de espaços para uma política voltada as chamadas minorias”. Lélia atribuía ao PT e às suas propostas o encorajamento para que ingressasse na vida político-partidária. Entretanto, já em 1983, em artigo publicado na Folha de S. Paulo (13/08/1983), mostrava-se descontente com o programa exibido pelo partido em rede nacional. Tendo abordado os “10 mais graves problemas do país”, não fora feita qualquer menção à situação dos afrodescendentes. Consumou-se, assim, “Racismo por Omissão”, uma das estratégias da ideologia do branqueamento, a que Lélia designou como título da matéria (Carneiro, 2014, p. 82-85). Com isto importa observar que, para Lélia, qualquer enfrentamento que se propusesse crítico não poderia se desviar da análise do lugar da raça e do gênero na estruturação das hierarquias de classe no Brasil.

Em relação a Silvia, ela acompanhou e participou de diversos movimentos de mulheres e feministas como o Coletivo Internacional Feminista (*International Feminist Collective*) nos Estados Unidos, em 1967, da Campanha Internacional por salários para o trabalho doméstico e com o coletivo Notas da Meia-noite (*Midnight Notes Collective*), movimentos que demandavam salários para o trabalho doméstico, bem como a *International Wages for Housework Campaign* (WiH). Este último movimento reporta-se à luta para evidenciar a questão da reprodução, cujo trabalho é realmente o pivô, o centro de qualquer outra organização societária. Segundo Silvia:

A WiH apresentava uma perspectiva revolucionária não só por expor as causas profundas da “opressão das mulheres” na sociedade capitalista, como também os principais mecanismos utilizados pelo capitalismo para perpetuar seu poder e manter a classe trabalhadora dividida. São eles a desvalorização de campos inteiros da atividade humana, a começar por aqueles que asseguram a reprodução da vida humana, e a capacidade de usar o salário para extrair o trabalho de uma grande parte da população de trabalhadores que parece estar fora da relação salarial: escravos, colonizados, prisioneiros, donas de casa e estudantes (Federici, 2019, p. 21).

Nos anos de 1980 Silvia esteve na Nigéria, onde deu aulas na Universidade de Port Harcourt. Também colaborou na organização do movimento Mulheres na Nigéria e do Comitê para a Liberdade Acadêmica na África (*Committee for Academic Freedom*). Ainda na Nigéria, pôde participar das lutas contra as políticas de austeridade impostas no país pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

O pensamento e ativismo destas escritoras reverbera na organização de movimentos de mulheres, na produção de epistemologias plurais e estimula coalizões de lutas a partir de reflexões sobre temas em comum valorizando os saberes plurais e suas densidades históricas em suas (re)existências, sobretudo, a partir dos chamados grupos subalternos onde quer que estejam.

Tanto Lélia quanto Silvia possuem em comum o fato de pensarem as questões epistemológicas para além da academia. Em suas propostas, saem do lugar teórico a que a intelectualidade está acostumada e se colocam em linha de frente com uma militância que não se restringe a discussão entre os pares, dito de outra forma, a discussão que fica restrita ao âmbito do academicismo.

Ambas se propõem a pensar as questões que atravessam os feminismos e as feminilidades, promovendo um processo educativo com as coletividades que se propõe a discussão, fomentando a criação de disseminadoras de saberes a partir de uma perspectiva de troca que se pauta no diálogo. Os escritos de Lélia e Silvia promovem a

interseccionalidade a partir da sua própria lógica de construção, já que elas se dispõem a compreender o que as mulheres de cor têm a dizer a partir de suas vivências e experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extenso trabalho de militância e de produção acadêmica destas escritoras levaria a escritos mais densos e a aproximações sensíveis. Afinal, o foco de ambas estava e está em mulheres cujas vidas não eram dignas para o sistema capitalista e patriarcal. Seus escritos denunciaram e denunciam a exploração e violências a que são submetidas as mulheres indígenas, negras, trabalhadoras domésticas em todos os âmbitos e como essas questões se faziam e se fazem presentes em suas existências.

Na textualidade de Lélia e Silvia se torna possível sentir a transcendência das mulheres de cor, suas espiritualidades, suas formas de resistência, maneiras de ver o mundo e de ser no mundo que solapam a proposta do modo de produção capitalista, o qual não adota outro recurso senão dispor de brutalidade para buscar o silenciamento de suas vozes. As mulheres de cor, na opinião de Lélia González e Silvia Federici, são mulheres que foram além da pele.

São essas mulheres, em seus feminismos populares, que avançaram na tarefa de construir alternativas a partir da justiça baseadas na comunidade. Lélia e Silvia perceberam a sutileza da direção para a qual essas mulheres apontaram. E de onde surge essa resistência? Em sua expressiva totalidade, da América Latina. E surge a partir das estratégias que tais mulheres foram capazes de construir para combater a colonialidade do capitalismo nas suas imposições extremas nesses territórios.

As pautas que esses coletivos produzem não são específicas para mulheres, pois elas indicam problemas de alta complexidade e que atravessam todas as pessoas que vivem nesse contexto: ao olhar para o corpo-território, para o empobrecimento em massa e para a devastação ecológica, suas denúncias vão além de si, e afetam todo o entorno comunitário. As lutas anticoloniais e anticapitalistas destes feminismos anunciam que existe uma necessidade urgente de rever a forma como as relações entre nós e o mundo que nos cerca estão sendo processadas. E, para tal, deve ocorrer um processo amplo de mudança social.

Mulheres nestes movimentos nos mostram o que Lélia e Silvia anunciam em seus escritos: que as vulnerabilidades são produzidas desde há muito tempo, pelos

cercamentos capitalistas da vida. Pelos cercamentos que acorrentam esses corpos, que os prendem e limitam em janelas e prisões.

São essas mulheres que politizam tudo, todos os aspectos da vida. A força desses feminismos negros e indígenas comunitários se expande e, deste modo, outros movimentos também começam a vislumbrar a luta contra a colonialidade, contra o sistema e ordens políticas. São elas que impulsionam que é preciso experimentar novas estratégias e ferramentas propositivas de coalizões em comum.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração interseccional. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol.15, número 03, set/dez 2007, p. 745-772. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pTknVwR7jtGFHsPfvV5Mk7x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. de 2024.
- BILGE, Sirma e COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história**. Brasília: ABravideo, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Ano 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em 26 de fev. 2024.
- FEDERICI, Silvia. **Além da Pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo**. Trad. De Amille Pinheiro Dias. São Paulo: Elefante, 2023.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo. Editora Elefante. 2017.
- FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. p. 393- 410. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRASER, Nancy. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, jul./dez. 2009, p. 11-33. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505/3782> Acesso em: 01 mar. 2024.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988a.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo Afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rios, Marcia Lima, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Rio de Janeiro. Editora Filhos da África. 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L.%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em 25 de fev. de 2024.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. In: **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, n. 9, 73-101, julio-diciembre 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acesso em 23 de fev. 2024.

MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023, p. 155-180.

OLIVEIRA, Eliene Dias de. Mulheres migrantes. p. 481-486. In: COLLING, Ana Maria, TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Editora da UFGD, 2015. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/2/2/29>. Acesso em 26 de fev. 2024.

PERRY, Keisha-Khan. **O legado político do Manifesto do Coletivo Combahee River**. 2020. In: <https://www.geledes.org.br/o-legado-politico-do-manifesto-do-coletivo-combahee-river/>. Acesso em janeiro de 2024.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

TAYASSU, Catitu. Mulheres indígenas, mulheres ameríndias. p. 478-481. In: COLLING, Ana Maria, TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Editora da UFGD, 2015. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/2/2/29>. Acesso em 26 de fev. 2024.

RECEBIDO EM: 28/03/2024
PARECER DADO EM: 03/06/2024